

Supletivo sem autorização

O Ilal atua no Distrito Federal há cinco anos. Mantinha até o início de novembro cinco unidades na capital do país: uma na Asa Sul, uma na Asa Norte, uma em Águas Claras e duas em Taguatinga. A Secretaria de Educação do DF descobriu que, nesse período, a entidade até então especializada em cursos de idiomas se envolveu em esquema de venda de históricos escolares e certificados de conclusão de ensino médio. Ela nunca teve autorização do órgão para oferecer supletivo, informação que aparecia nos materiais informativos da escola.

Segundo a Coordenação de Supervisão Institucional e Normas de Ensino (Cosine), órgão da Secretaria de Educação do DF responsável pela descoberta da fraude, o esquema contava com instituições de outras unidades da Federação. As declarações e os comprovantes emitidos pelo Ilal aparecem acompanhados de históricos escolares atestados por empresas do Rio de Janeiro. Parte dos certificados era vendida para menores de 18 anos, que, segundo o documento, concluíram o ensino médio via Educação de Jovens e Adultos (EJA), na modalidade a distância. A prática é ilegal.

Como o Correio mostrou em série de reportagens, as documentações eram negociadas por até R\$ 3 mil. Ligação feita para a sede do Ilal, na 502 Sul, revelou que a aprovação no ensino médio depende apenas de algumas provas. Não há, por exemplo, aulas. Estudantes ouvidos pela reportagem revelaram ainda que ligaram para pais, amigos e namorados durante os exames. Com a ajuda da internet, receberam as respostas das questões. O Ilal é investigado pela Polícia Civil, pelo Ministério Público e pelo Procon.